

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB  
**ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO**

**AO DEAD**

**Processo nº. 81/2020 – SEGEP-GDOC Processos.**

Eu Éder de Jesus Ferreira Cardoso, brasileiro, solteiro, Contador, Registrado no conselho de classe sob o nº 016790-O/CRC/PA, portador da Carteira de Identidade nº 5213404 e inscrito no CPF sob o nº 822.369.682-72 nomeado nos termos da Portaria nº 430/2017 – GABS/SESMA, no transcorrer dos trabalhos de análise da documentação do Processo em Referência, a Nota Fiscal Eletrônica nº. 32, no valor de R\$ 920.000,00 (novecentos e vinte e dois mil reais), da empresa SOLUÇÃO EPI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ: CNPJ: 33.602.062/0001-22, referente à aquisição direta e emergencial de Equipamentos de Proteção Individual – EPI (MASCARÁ N95 – PFF2), para atender as necessidades da SESMA e em cumprimento a Decisão Judicial exarada pelo TJPA para o fornecimento de EPI a todos os profissionais de saúde que compõem a rede municipal de saúde de Belém, conforme objeto do Contrato nº 221/2020/2020, mediante procedimento de Dispensa de Licitação nº 027/2020, fundamentado no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, bem como na Lei nº 8.666/93, para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da Resolução Nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, declaramos que fora analisado integralmente o referido processo, com base nas regras insculpidas pela Lei nº. 8.666/93 e demais instrumentos correlatos, pelo que declaramos, ainda, que o mesmo se encontra:

- a) **(X) EM CONFORMIDADE**, revestido de todas as formalidades legais, nas fases interna, de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade. Ressaltamos que o pagamento da Nota Fiscal em tela trata-se de adiantamento ao fornecedor para a entrega do material, em observância aos termos do instrumento contratual e em observância ao entendimento do TCU que admite a inclusão de cláusula de antecipação de pagamento fundamentada no art. 40, inciso XIV, alínea d, da Lei 8.666/1993, precedida de estudos que comprovem sua real necessidade e economicidade para a Administração Pública (Acórdão 1826/2017 Plenário).

A antecipação de pagamento somente deve ser admitida em situações excepcionais, devidamente justificada pela administração, demonstrando-se a existência de interesse público, observados os seguintes critérios: 1) Represente condição sem a qual não seja possível obter o bem ou assegurar a prestação do serviço, ou propicie sensível economia de recursos; 2) Existência de previsão no edital de licitação ou nos instrumentos formais de contratação direta; e 3) Adoção de indispensáveis garantias, como as do art. 56 da Lei nº 8.666/93, ou cautelas, como por exemplo a previsão de devolução do valor antecipado caso não executado o objeto, a comprovação de execução de parte ou etapa do objeto e a emissão de título de crédito pelo contratado, entre outras.” (Orientação Normativa nº 37, de 13 de dezembro de 2011).

Portanto a presente demanda, pelo que infere da realidade e das informações acostadas aos autos, envolve não apenas a urgência da contratação para salvar vidas, mas a necessidade de uma vultosa quantidade dos equipamentos pretendidos, o que contrasta

**NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO – NCI/SESMA/PMB**

com uma grave restrição de oferta no mercado para esses bens. Este quadro não pode ser desprezado pelo operador do Direito.

A possibilidade de pagamento antecipado, algo rotineiro em transações privadas, embora amplie risco de inadimplemento por parte do particular, deve ser vista, sob o prisma econômico, como um estímulo à ampliação das ofertas de fornecedores.

Em um momento como o vivenciado nesta peleja de combate à epidemia do COVID-19, a antecipação de pagamento pode ser uma medida econômica necessária para fomentar o aumento da oferta e redução dos preços dos produtos que se deseja adquirir, superando também resistências que algumas empresas possuem em fornecer para o Poder Público.

Vale lembrar que a própria Lei nº 8.666/93, em seu artigo 15, define que as compras públicas devem “submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado”, sendo cediço que, no âmbito privado, é comum a aquisição com antecipação de pagamento, notadamente quando há restrição de oferta frente à demanda.

Portanto, é possível a previsão contratual de antecipação de pagamento, desde que seja justificadamente necessária ao atendimento da pretensão administrativa e seja acompanhada de medidas de garantia, nos termos da ON 37/2011 da AGU. Diante de tais premissas, as justificativas técnicas juntadas aos autos e a necessidade de medidas céleres e eficientes nas ações de combate ao COVID-19, não identificamos óbice em relação ao pagamento e garantia (pagamento antecipado).

( ) Em conformidade, revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases interna, de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

( ) Em não conformidade, revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no parecer de Controle Interno, em anexo.

Ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob a pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o nosso parecer salvo melhor entendimento. **EDER DE**

**JESUS  
FERREIRA**

Belém/PA, 23 de abril de 2020.

  
**ÉDER DE JESUS FERREIRA CARDOSO**

Coordenador do Núcleo de Controle Interno

Assinado de forma digital por  
EDER DE JESUS FERREIRA  
CARDOSO:82236968272  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM  
BRANCO), ou=AR SERAMA,  
co=ÉDER DE JESUS FERREIRA  
CARDOSO:82236968272  
Data: 2020.04.23 08:46:37  
-03'00'